



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /08** **(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)**

Requer informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a destinação dos bens e equipamentos utilizados na segurança dos Jogos Pan-Americanos de 2007, após a realização do evento, e critérios adotados.

Senhor Presidente,

Em face da aprovação por este Colegiado, em 09/04/08, do Requerimento nº 96/08, do Deputado João Campos (PSDB/GO), esta Comissão, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requer sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, Senhor Tarso Genro, a fim de se obter esclarecimentos sobre a destinação dos bens e equipamentos utilizados na segurança dos jogos Pan-Americanos de 2007, após a realização do evento, e critérios adotados.

#### **JUSTIFICATIVA**

Visando garantir a integridade e segurança de autoridades, atletas, visitantes e da própria população da cidade do Rio de Janeiro, foram adquiridos durante a organização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 diversas viaturas, motocicletas, aeronaves, equipamentos de áudio, vídeo e foto, material de informática e peças de armamento, entre outros.

Diante disso, esta Comissão aprovou, em 10/5/07, o envio de pedido de informações à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio do qual se pretendia conhecer a destinação dos bens e equipamentos após o término dos Jogos.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

Em seguida, recebemos o Ofício nº 601/07 – ASPAR/MJ, datado de 20/6/07, por meio do qual a assessoria esclareceu que, uma vez realizado o evento, seria disponibilizada a relação do material que permaneceria no Rio de Janeiro e demais unidades da Federação.

Todavia, a informação não foi prestada, e em dezembro de 2007, este Colegiado reiterou a solicitação, por meio do Ofício nº 557/07, para o qual não houve resposta.

Verifica-se, portanto, que até o momento não há notícia sobre a permanência dos bens no Estado do Rio de Janeiro, ou sua possível distribuição a outras unidades da Federação.

Por fim, considerando que a referida Secretaria está diretamente subordinada ao Ministério da Justiça, entendeu a Comissão ser necessário que o próprio Ministério forneça as informações requeridas.

Sala da Comissão, em                      de abril de 2008.

**Deputado RAUL JUNGMAN**  
**Presidente**